

INTERAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E TRABALHO PRODUTIVO

RESUMO: Este trabalho resultou do preenchimento de um questionário enviado pela UNESCO aos países participantes da Conferência Internacional de Genebra. O Ministério da Educação e Cultura (gestão Eduardo Portela), através de sua Secretaria Geral, em setembro de 1980, submeteu o questionário a diversos especialistas, objetivando colher respostas que permitissem compor o documento brasileiro. As respostas aqui publicadas são as que foram fornecidas pelo Professor José Carlos de Araújo Melchior, que contou com a colaboração dos professores Beatriz Alexandrina de Moura Fé-tizon, Roseli Fischmann e João Pedro da Fonseca.* O trabalho se divide em três partes, correspondentes às três partes do questionário. A primeira delas é uma abordagem geral do tema, com as respectivas recomendações. A segunda e a terceira dizem respeito diretamente ao caso brasileiro; nelas são respondidas cinco "questões orientadoras" (2.^a parte) e prestam-se informações específicas solicitadas pelo questionário (3.^a parte).

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Trabalho Produtivo. Processo Educativo. Escola. Empresa. Administração. Profissionalização.

1.^a PARTE

A análise da interação entre educação e trabalho produtivo será feita nos termos da conceituação que se segue:

1. o termo educação está sendo tomado "*em seu sentido mais amplo, abrangendo todos os aspectos do processo educativo, escolar e extra-escolar*";

2. o processo educativo será entendido:

a) em termos individuais, como o processo formal e informal pelo qual o indivíduo desenvolve suas potencialidades, adquire habilidades e constrói a base dos julgamentos que permitem a seleção de valores, a aquisição de hábitos e a assunção de atitudes e ideais; e

b) em termos sociais, como o processo em que o indivíduo passa a conhecer seu meio, tornando-se agente consciente do processo de transformação social, política e econômica;

3. o trabalho produtivo será entendido como a ação individual ou organizada em empresas públicas e privadas que cria bens e/ou serviços úteis ao indivíduo, à empresa e à sociedade.

Nestes termos, a interação entre a educação e o trabalho produtivo requer duas perspectivas de análise:

* Professores do Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação. Faculdade de Educação. USP.

- 1.^a) a partir da educação; e
- 2.^a) a partir do trabalho produtivo.

A partir da educação, a análise se coloca em três níveis:

- a) individual,
- b) empresarial e
- c) social.

Em nível individual a educação proporciona, entre outros resultados, uma atitude de valorização do trabalho e melhor aproveitamento do lazer; torna o indivíduo capaz de conhecer as condições e possibilidades de trabalho em sua sociedade e escolher o que melhor atende a suas capacidades, interesses e necessidades; gera uma atitude de constante auto-aperfeiçoamento no indivíduo, instrumentando-o para agir com mais eficácia no lar e no trabalho; cria novos interesses e necessidades, os quais atuam como força motivadora da diversificação de capacidades e habilidades.

Em nível empresarial, a educação permite o recrutamento seletivo de mão-de-obra produtiva e eficiente, capaz de se adaptar às mudanças internas e externas e de participar do processo de mudanças e de sua promoção, gerando inovações que produzam um tipo de desenvolvimento do qual decorra um acréscimo de bem-estar social e individual; torna possível, dentro da empresa, a existência de uma pedagogia do trabalho que promova o desenvolvimento dos recursos humanos, a constante revisão do processo do trabalho e da própria estrutura organizacional; permite que novas tecnologias criadas ou assimiladas se constituam num efetivo instrumento de promoção do homem.

Em nível social, a educação permite um melhor ajustamento às exigências quantitativas e qualitativas dos diversos estágios de desenvolvimento de um país; propicia a formação de indivíduos flexíveis, aptos a desenvolverem atividades diversas e a acompanhar o ritmo acelerado de mudanças; moderniza as instituições que passam a promover a valorização de todo o tipo de trabalho produtivo.

A partir do trabalho produtivo devidamente dinamizado em termos de produção de bens e serviços úteis ao indivíduo, à empresa e à sociedade, a análise se coloca nos seguintes termos: o trabalho produtivo promoverá o aperfeiçoamento das condições adequadas ao amplo desenvolvimento do processo educativo em termos de elevação do nível de expectativas a respeito da educação, melhor compreensão de suas finalidades, dinamização de seus meios, incremento de seu financiamento e universalização do acesso a suas oportunidades; além disso, o trabalho produtivo possibilita uma avaliação do produto educacional, bem como atua no seu aperfeiçoamento e melhor aproveitamento.

A educação, enquanto processo institucionalizado, formal e sistemático, transmitido por agências específicas e não específicas, abrange dimensões complexas e variadas que não podem se limitar somente às exigências do trabalho produtivo. Mas sem dúvida a dimensão do homem e seu trabalho é uma das mais importantes. É também pela interação da educação

com o trabalho produtivo que pode resultar uma sociedade formada por indivíduos livres, solidários, conscientes, responsáveis e participantes nas soluções dos problemas de sua vida, de seu trabalho e de seu país.

RECOMENDAÇÕES

1. Que na educação escolar seja dada ênfase à formação geral como garantia de preparação do indivíduo para o trabalho produtivo em um mundo em constantes, rápidas e profundas mudanças, assegurando-lhe encontrar recursos de ajustamento e criação autônomos, sem o que nem o trabalho é realmente produtivo nem o indivíduo é realmente humano.
2. Que se entenda que a função da educação escolar é desenvolver o indivíduo como um todo, instrumentando-o para a vida e, portanto, também para a profissionalização que, essencialmente, deve estar a cargo das empresas.
3. Que se introduza nos currículos escolares, nos diferentes graus de ensino, conhecimentos e atividades que levem ao desenvolvimento de hábitos, atitudes e ideais relacionados com o trabalho produtivo.
4. Que se introduza na organização curricular dos diferentes graus de ensino um campo organizado de conhecimentos específicos relacionados com a educação para o trabalho.
5. Que os diferentes países integrem o planejamento da educação no plano nacional de desenvolvimento de recursos humanos.
6. Que se integrem, no planejamento educação-recursos humanos, as agências formais de educação, abrangendo as escolas do sistema regular público e privado, e os diferentes sistemas patronais, sindicais e os ligados aos meios de comunicação de massa.
7. Que as diferentes agências formais e informais de educação procurem valorizar constantemente o trabalho produtivo da população do país informando sobre as condições do mercado de trabalho, recrutamento, seleção e remuneração.
8. Que a remuneração condigna pelo trabalho produtivo seja um ponto de honra dos diferentes governos.
9. Que as relações educacionais, entendidas em seu mais amplo sentido, ensejem a preparação do indivíduo para a participação nos processos decisórios em geral e, em especial, em associações de classe de cunho profissional.
10. Que os sindicatos sejam entendidos como associações fundamentais na organização do trabalho produtivo.
11. Que os sindicatos assumam participação dinâmica no planejamento, execução e avaliação dos planos educacionais.
12. Que os diferentes países assegurem os recursos materiais, humanos e financeiros para que efetivamente a educação possa interagir com o trabalho produtivo.

13. Que os diferentes sistemas políticos encarem o trabalho produtivo como uma força de promoção do homem e não apenas como mero instrumento de crescimento econômico.
14. Que o aumento da produtividade no trabalho receba atenção crescente de todos os habitantes de um país, porque é o caminho seguro e estável que leva ao desenvolvimento do indivíduo, das empresas, das diferentes atividades, das diferentes regiões, do governo e da nação.

2.^a PARTE

QUESTÕES ORIENTADORAS

1. As principais necessidades sociais a que o país deverá satisfazer no futuro, essencialmente ou em parte por meio da educação, são basicamente as seguintes:

- elevar o nível cultural ajudando a combater a miséria absoluta;
- elevar os níveis de saúde da população atuando, a educação, como formadora de novos hábitos profiláticos contra as doenças, melhorando o sistema produtivo de alimentos, o conhecimento sobre o valor nutritivo dos mesmos, a exploração dos espaços ociosos tanto em termos de cultura de subsistência como de produção em escala;
- elevar os níveis de vida da população, contribuindo a educação para o aumento da produtividade no trabalho e melhoria dos índices de remuneração, atuando como um dos fatores auxiliares no processo de distribuição de renda;
- formar cidadãos livres, conscientes e autônomos que participem politicamente dos destinos de seu país, criando, inclusive, um efetivo sentimento de nacionalidade que se reflita na valorização da cultura nacional como um todo e das diferentes culturas regionais.

Essas necessidades serão comuns a todos os países emergentes. Nos países em desenvolvimento, onde as condições sócio-econômica sejam acen-tuadamente heterogêneas, tais necessidades alcançarão, pelo menos, uma significativa parcela da população.

Quanto ao futuro da educação, o empenho na solução dos problemas decorrentes da miséria, do baixo nível cultural e das deficiências de ali- mentação, habitação e remuneração adequadas, levarão as políticas de educação à identificação dos grupos sociais mais deficientes que, no caso do Brasil, estão localizados na zona rural e na periferia dos grandes centros urbanos. Dada a limitação de recursos disponíveis, essas regiões deverão receber atenção prioritária nos próximos anos. A educação deverá sofrer adequações para ajustar-se às dificuldades financeiras, humanas e materiais das populações carentes, que deverão ser atendidas.

Da mesma maneira a satisfação dessas necessidades primárias pro- moverá a elevação da demanda real por escolarização e acarretará a ne-

cessidade de aumento real da oferta de oportunidades. Outrossim, tornar-se-á possível a melhoria do rendimento da educação escolar, que se refletirá principalmente na diminuição das taxas de evasão e de retenção.

Somente depois da satisfação das necessidades básicas é que a população poderá sentir os efeitos da educação amplamente concebida, podendo, então, a comunidade como um todo efetivamente assumir a responsabilidade que lhe cabe na promoção e dinamização do processo.

2. Em nosso país as necessidades individuais da maioria da população vinculam-se às carências vitais de sobrevivência, alimentação, saúde, habitação e vestimenta etc. Somente dez por cento da população poderá buscar, sem prejuízo das condições mínimas de sobrevivência, outras alternativas como uma educação mais prolongada, um lazer mais rico e variado e bens materiais associados a "status".

Os efeitos principais dessa situação sobre o processo educativo serão os seguintes:

- qualitativamente a educação escolar terá que se reorganizar a partir de seus graus iniciais, vinculando-se às necessidades básicas da população. Conhecimentos e hábitos ligados à saúde, nutrição e atividades do meio deverão cada vez mais receber atenção da administração e do pessoal técnico-docente dos sistemas escolares. Currículos e conteúdos programáticos deverão ser dinamizados e ajustados ao quadro de carência em que vivemos. Metodologias e tecnologias auxiliares deverão ser criadas para uma melhor utilização dos recursos financeiros disponíveis;
 - quantitativamente tenderá a crescer a demanda por educação nos três graus de ensino e, principalmente, no grau inicial, o que pressionará os graus subseqüentes para a abertura de novas oportunidades;
 - o processo educativo como um todo acusará transformações que se farão sentir, em nível de toda a população, pela maior integração da educação com a realidade. Com relação à minoria (cerca de 10%) privilegiada da população, as transformações do processo educativo deverão estar voltadas para o objetivo de torná-la solidária, de tal forma que o combate às desigualdades iníquas passe a fazer parte de suas necessidades individuais.
3. A satisfação dessas necessidades exige a solução de problemas da seguinte ordem:
- redefinição de prioridades da política de desenvolvimento;
 - redistribuição do poder de decisão nas áreas política, administrativa e econômica, atualmente concentrado de forma excessiva na esfera da União;
 - reestruturação do sistema tributário nacional, dando-lhe maior progressividade;
 - criação de mecanismos de natureza econômico-financeira, administrativa, tributária e fiscal que contribuam para a diminuição das

desigualdades regionais, setoriais e individuais, sendo urgente a adoção de uma política de remuneração de trabalho tendente a sanar a excessiva concentração da renda nacional numa parcela extremamente reduzida da sociedade;

- a otimização de recursos materiais, humanos e financeiros, integrando-os de forma mais racional e adequada;
- criação de uma infra-estrutura de informação estatística para identificação dos problemas, criação de indicadores sociais e acompanhamento de sua evolução.

Mantidas as atuais condições político-econômicas, tais problemas tenderão a agravar-se nos próximos vinte anos. Alteradas essas condições, pelo empenho na correção de suas distorções, tais problemas tenderão, ainda assim, a permanecer os mesmos, dada a extrema defasagem entre as necessidades existentes e os meios de sua satisfação. Entretanto, a partir da alteração dessas já referidas condições político-econômicas, o quadro apresentar-se-á atenuado em alguns aspectos da situação de fato e, o que é principal, ter-se-á um encaminhamento das soluções.

Em países emergentes e em alguns dos em desenvolvimento, estes problemas deverão ser comuns.

4. As grandes orientações que o desenvolvimento da educação poderia tomar nos próximos vinte anos seriam as seguintes:

- vinculação com as diferentes realidades do país;
- descentralização administrativa em nível central, regional e local;
- implantação e desenvolvimento da educação pré-escolar e educação especial;
- maior efetividade no processo de formação da cidadania consciente;
- melhor utilização dos meios não-convencionais de educação;
- aprimoramento no processo de formação do pessoal técnico-administrativo e docente;
- melhor ajustamento das condições materiais (prédios e equipamentos) aos diferentes tipos de educação;
- ênfase nos conteúdos de formação geral;
- aperfeiçoamento e incremento dos processos de orientação educacional e informação profissional.

Os objetivos e fins assumidos pela legislação atual são suficientemente amplos para comportar novas e mais adequadas formas de operacionalização.

5. As incidências previsíveis desta evolução sobre os instrumentos das políticas de educação são as seguintes:

- Planejamento: este deverá atender cada vez mais às necessidades da realidade, tornando-se mais abrangente e integrado com o planejamento global do país. A continuidade no planejamento deverá levar a uma permanente atualização dos dados e aperfeiçoamento da técnica.

- Pesquisa: esta deverá integrar-se com as prioridades emanadas das políticas e planos de educação. O incentivo à pesquisa básica e aplicada deverá acentuar-se nas próximas décadas. A realidade tenderá, pela pesquisa, a ser objetivamente conhecida, dando origem a políticas mais adequadas para o equacionamento dos problemas do país.
- Avaliação: tanto as políticas, como os planos, currículos, conteúdos programáticos, métodos e técnicas ligados à educação, tenderão a ser melhor testados e avaliados. O processo de avaliação tenderá a crescer e aperfeiçoar-se tanto em nível de sistema como de unidade.
- Informação: os órgãos de informação intra-sistema escolar tenderão a crescer tanto quantitativa quanto qualitativamente. O fornecimento de informações e dados, tanto para o público interno como para o externo do sistema escolar, tenderá a tomar uma forma mais objetiva, clara, precisa, contínua e atualizada. O processo de informação intra e extra-sistema escolar será importante elemento de realimentação que favorecerá o aperfeiçoamento e melhor integração dos sistemas escolares. Centrais de dados deverão ser criadas como condição do efetivo aproveitamento dos dados levantados.
- Financiamento: novas fontes de recursos financeiros deverão ser criadas para encaminhar mais intensamente as soluções dos problemas atuais e, ao mesmo tempo, enfrentar situações que, por deficiência de recursos financeiros, ainda não mereceram a atenção por parte do poder público. As prioridades tenderão a inverter-se em futuro próximo, visando ao atendimento das necessidades de proporcionar educação básica para todos, criando melhores condições para que a igualdade de oportunidades se torne efetiva. Poderá acentuar-se a tendência de financiar o sistema escolar, em seus graus superiores, pela incidência direta e progressiva de tributos nas classes de maior renda. Os impostos tenderão a ser substituídos por sistema de financiamento direto ao usuário de maior renda. Os recursos financeiros tenderão a ser mais racionalmente aplicados, em função de uma melhoria na formação do pessoal administrativo, docente e técnico dos diferentes sistemas escolares. A reorientação da política tributária, tendendo a uma maior progressividade e descentralização, deverá ser importante instrumento para o combate mais eficaz às deficiências dos sistemas escolares. Mecanismos regionais e setoriais, orientados para a supressão de desigualdades, poderão criar condições mais adequadas para o desenvolvimento da ação educativa.
- Administração: tenderá a descentralizar-se e democratizar-se em futuro próximo. A ação administrativa deverá aperfeiçoar-se nas diferentes fases do processo, tais como o planejamento, a organização, a coordenação, a execução, o controle e a avaliação. Os centros de decisão tenderão a ficar cada vez mais próximos dos problemas, dando um melhor encaminhamento às soluções. A formação do

- administrador deverá receber uma maior atenção nas próximas décadas. A melhoria das condições materiais, humanas e financeiras dos sistemas escolares deverá proporcionar melhores condições para a ação administrativa. A comunidade deverá influir nas diferentes fases do processo administrativo, podendo ser fator importante no processo de melhor integração da escola com seu meio ambiente.
- Programas: deverão se ajustar mais às diversas realidades do país. Os conteúdos programáticos tenderão a ser melhor ordenados em função de uma integração horizontal (intra-séries) e vertical (seqüência de séries e de graus). Os conteúdos programáticos deverão ajustar-se aos requisitos do desenvolvimento bio-psicológico, às diferenças e aos interesses individuais.
 - Métodos: a evolução dos métodos estará condicionada ao progresso dos conhecimentos pedagógicos e às modificações ocorridas na formação do pessoal docente dos diferentes sistemas escolares. Os meios não convencionais da educação, o desenvolvimento de tecnologias auxiliares e a maior racionalidade na produção e distribuição de livros didáticos poderão exercer influência significativa na evolução dos métodos de ensino. A melhor integração da escola com as empresas e com a comunidade em geral exigirão uma melhor adequação dos métodos e procedimentos escolares.
 - Materiais pedagógicos: tenderão a se ajustar aos requisitos dos métodos e procedimentos, o que supõe que devam ser melhor estudados e produzidos. A indústria e o comércio tenderão a dar atenção cada vez mais à produção e comercialização de materiais pedagógicos. A administração de material dos sistemas escolares tenderá a ajustar-se às novas necessidades, em termos de especificação, aquisição, guarda e distribuição dos materiais de uso exclusivamente pedagógico.
 - Formação de professores: tenderá a modificar-se no sentido de assegurar ao pessoal docente dos diversos sistemas e graus de ensino, de um lado, a formação básica, comum, necessária à compreensão do processo educativo e à ação na sua condução externa; e de outro lado, a necessária diversificação e especialização em função das diversas modalidades de ensino.
 - Condições de trabalho: as condições de recrutamento e seleção do pessoal administrativo, técnico e docente tenderão a aperfeiçoar-se em futuro próximo. A valorização do pessoal de ensino terá que ser condição obrigatória da maior eficiência e eficácia dos sistemas escolares. A remuneração deverá ser condição necessária (embora não suficiente) dessa valorização. A existência de associações de classe expressivas e atuantes poderá ser fator significante da mudança em direção a melhores condições de trabalho. A melhoria das condições de trabalho abrange também a promoção e oferta de cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização e a criação de condições para o seu efetivo aproveitamento. A estruturação de

quadros e carreiras do pessoal escolar deverá receber atenção crescente em futuro próximo. Fator fundamental na criação de melhores condições de trabalho deverá ser a agilização das estruturas e procedimentos da administração dos sistemas e das unidades escolares.

Na medida em que esses instrumentos forem racionalmente concebidos e efetivamente implantados, eles mesmos passarão a se constituir em condições infra-estruturais de adequação e pronta resposta a situações novas.

3.^a PARTE

INFORMAÇÕES

1. Depois de 1979, os fatos e orientações mais marcantes no domínio da educação no país foram:
 - O poder central iniciou um diálogo com as bases (alunos, professores, reitores etc.). Retomou-se, depois de quinze anos, a discussão de problemas;
 - A tomada de decisão administrativa tende a levar em conta as sugestões apresentadas pelos diversos grupos envolvidos e algum consenso resultante de discussões prévias e abertas;
 - Verificou-se uma desmilitarização nos postos-chave da administração central da educação. Tanto o Ministro quanto os responsáveis pelos escalões superiores passaram a ser civis;
 - Pela primeira vez, em escala nacional, os professores dos diversos graus de ensino entraram em greve reivindicatória por melhores condições de trabalho e remuneração. Contrapôs-se, na ocasião, à atitude democrática do poder central, a atitude repressiva dos governos regionais;
 - O governo central tentou criar fontes específicas de recursos financeiros para a educação, dada a insuficiência das mesmas;
 - Começou a haver uma reavaliação, por parte do governo central, do Movimento Brasileiro de Alfabetização;
 - O governo central buscou promover a integração do sistema universitário, incentivando a regionalização;
 - Discussão e reavaliação da Lei n.º 5.692/71, que fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1.º e 2.º Graus, inclusive com a retomada de casos pendentes na sua implantação, tais como a estruturação dos cursos de formação de professores e especialistas de educação;
 - Constatação da inexistência da referida Lei no que se refere ao caráter profissionalizante do 2.º grau;
 - Supressão de parte da legislação de excessão, tal como o Ato Institucional n.º 5 e os decretos 477 e 228;

- Intensificação na formação de entidades nacionais ligadas ao movimento estudantil e associações de docentes, principalmente de âmbito universitário;
 - Intensificação das discussões sobre a importância e implantação da pré-escola;
 - Medidas oficiais tendentes a dar prioridade para a clientela carente de recursos financeiros localizada principalmente no meio rural e periferias urbanas;
 - Clara disfunção do sistema de crédito educativo aos alunos do ensino superior em virtude da grave crise econômica que o país atravessa;
 - Tentativa de estruturação de novos padrões de remuneração para a carreira do magistério superior federal;
 - Ocorreram mudanças no exame de admissão do ensino superior relacionadas principalmente com a inclusão de provas de redação em língua portuguesa e a ponderação de notas;
 - Consolidação de reformas administrativas anteriores no âmbito do Ministério de Educação e Cultura;
 - Dinamização na valorização da cultura popular brasileira.
2. A definição das prioridades em matéria de educação passou a ser a seguinte:
- educação no meio rural;
 - educação nas periferias urbanas;
 - desenvolvimento cultural.

3. Em função da extrema carência do país e sua população, os problemas básicos da educação continuam a ser aqueles ligados a essas carências e delas decorrentes. Além desses, sente-se uma gradativa deterioração nos padrões de ensino, resultante de uma expansão quantitativa sem o respaldo de medidas administrativo-pedagógicas para garantir um mínimo satisfatório.

Enquanto não havia a possibilidade de crítica, por razões institucionais, o sistema educativo como um todo tendia cada vez mais a apresentar-se como um quadro sem solução. Atualmente, com a crescente participação, os problemas não se resolveram, porém vê-se com mais otimismo o esboçar de novas perspectivas de solução.

6. Considerando-se que a pesquisa pedagógica em nível nacional, nos países emergentes e em desenvolvimento, deve adequar-se às prioridades da política educacional, fornecendo-lhe subsídios para a sua efetiva concretização, podemos dizer que os domínios prioritários dessa pesquisa são:
- educação no meio rural;
 - educação nas periferias urbanas;
 - desenvolvimento cultural.

As principais pesquisas realizadas nos cursos de pós-graduação, em nível de mestrado, abrangeram, predominantemente, as seguintes linhas:

- educação de adultos/ensino supletivo;
- formação e treinamento de professores;
- ideologia e educação;
- distúrbios da aprendizagem;
- tecnologia educacional e avaliação;
- educação e saúde.

Somente cerca de 3,7% das pesquisas realizadas vinculam-se às necessidades prioritárias citadas anteriormente.